

**CISHETERONORMATIVIDADE E LUTO
NA EXPERIÊNCIA FAMILIAR DA
PESSOA NÃO-CISGÊNERO**

Natália Nigro de Sá
nataliasa@alumni.usp.br

Psicóloga, doutora em ciências, membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perdas e Luto – NIPPEL EEUSP.

Regina Szylit
szylit@usp.br

Professora Titular, Diretora da Escola de Enfermagem da USP, líder do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perdas e Luto – NIPPEL EEUSP.

**CISHETERONORMATIVIDADE E LUTO NA EXPERIÊNCIA FAMILIAR DA
PESSOA NÃO-CISGÊNERO**
**CISHETERONORMATIVITY AND BEREAVEMENT IN THE FAMILY
EXPERIENCE OF THE NON-CISGENDER PERSON**
**CISHETERONORMATIVIDAD Y DUELO EN LA EXPERIENCIA FAMILIAR DE
LA PERSONA NO CISGÉNERO**

RESUMO

Quais são as chaves para uma saúde ética e não discriminatória? Quais são as chaves do cuidado para além das estruturas cisheteronormativas? O diálogo aqui proposto pretende enfatizar a urgência em transcender as construções cisheteronormativas e contribuir para melhorias na qualidade dos serviços de saúde oferecidos para a população trans e seus familiares, especialmente no que diz respeito aos discursos das perdas e do luto. Compreender a experiência e os significados que a família atribui à identidade de um membro familiar não-cisgênero apresenta um importante papel preventivo, uma vez que a rejeição familiar é fator de risco que aumenta significativamente a prevalência de sofrimento psicológico e tentativas de suicídio entre esta população.

Palavras-chave: Cisheteronormatividade, luto, sistemas familiares, cuidado em saúde

ABSTRACT

What are the keys to ethical and non-discriminatory health care? What are the keys to health care beyond cisheteronormative structures? The dialogue proposed here aims to emphasize the urgency to transcend cisheteronormative constructions and contribute to improvements in the quality of health care services offered to the trans population and their families, especially with regard to the speeches of loss and bereavement. Understanding the experience and the meanings that the family system attributes to the identity of a non-cisgender family member plays an important preventive role, since family rejection is a risk factor that significantly increases the prevalence of psychological distress and suicide attempts among this population.

Keywords: Cisheteronormativity, bereavement, family systems, health care

RESUMEN

¿Cuáles son las claves para una salud ética y no discriminatoria? ¿Cuáles son las claves para cuidar más allá de las estructuras cisheteronormativas? El diálogo aquí propuesto tiene como objetivo enfatizar la urgencia de trascender las construcciones cisheteronormativas y contribuir a mejorar la calidad de los servicios de salud ofrecidos a la población trans y sus familias, especialmente en lo que respecta a los discursos de pérdida y duelo. Comprender la experiencia y los significados que la familia atribuye a la identidad de un familiar no cisgénero juega un importante papel preventivo, ya que el rechazo familiar es un factor de riesgo que aumenta significativamente la prevalencia de angustia psicológica e intentos de suicidio entre esta población.

Palavras-clave: Cisheteronormatividade, duelo, sistemas familiares, cuidado de la salud

INTRODUÇÃO

Gênero e a estrutura sociocultural cisheteronormativa

A questão do gênero é vasta e complexa. Perpassa discursos que não podem ser isentos de debate, tal é o caso das diversas vertentes dos feminismos. Sem a intenção de adentrar na seara da discussão feminista neste texto, convidamos o leitor a uma reflexão breve e incompleta sobre gênero, a partir de uma perspectiva interseccional transfeminista.

Na contramão de um discurso universalizante da categoria mulher, o feminismo interseccional denuncia a branquitude e o elitismo de feminismos que falham em representar vivências e opressões de forma mais complexa, para além da categorização mulher/homem, levando em conta o entrecruzamento de outros marcadores além do gênero. O conceito de interseccionalidade, introduzido em 1989 pela feminista afroamericana Kimberlé Williams Crenshaw, viabiliza uma compreensão mais ampla e inclusiva de como as múltiplas estruturas de poder, como por exemplo, gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual, se entrelaçam e produzem diferentes experiências de opressão, exclusão e acessos desiguais.

A construção de uma teoria transfeminista complementa este raciocínio, na medida em que busca representar pessoas cuja identidade de gênero não coincide com a expectativa social de gênero designada ao nascimento, a partir do reconhecimento e inclusão da história das lutas das travestis e mulheres trans e suas especificidades nas pautas feministas. Para isso, de acordo com as autoras Jesus e Alves (2012), é necessário compreender criticamente as diferenças no tratamento social vivenciado pelas travestis e mulheres trans em relação às mulheres cis, como uma forma (cis)sexismo biologizante e excludente.

Kaas (2015) descreve o cissexismo como uma forma específica de sexismo que promove o apagamento de pessoas trans, a partir da negação de identidades e corpos trans como legítimos e inteligíveis. A autora pontua como cissexismo todo processo de deslegitimação das vivências trans, denunciando que esta forma específica de opressão parte da cisnormatividade e conseqüentemente, do grupo identitário nomeado como cisgênero.

O termo cisgênero (cis) é o antônimo do termo transgênero (trans). “Cis-”, prefixo de origem latina, significa “do mesmo lado” (Oxford, 1968, p. 327), fazendo oposição ao prefixo “Trans-”, que significa “do outro lado”. Grosso modo, com intenção didática, pode-se dizer que a pessoa cis é aquela que não é trans, isto é, sua identidade de gênero (autocompreensão de gênero) coincide (está do mesmo lado) àquela designada ao nascimento, diferente da pessoa trans, aquela que sua identidade de gênero não coincide (está do outro lado) àquela designada ao nascimento. O termo cisgênero é proposto por pessoas trans como nomenclatura preferencial ao termo “biológico” (mulher/homem biológico) que surge da literatura médica, uma vez que

(...) argumenta-se que as pessoas trans* também são biológicas e que o termo é desumanizador na medida em que divide quem é trans* de quem não é através de critérios corporais essencialistas. Uma vez que ser trans* é, sobretudo, um fator social e não biológico, o uso do termo cisgênero inaugura um projeto de visibilidade social que procura elevar as pessoas trans* ao mesmo status de humano das pessoas não-trans* (cisgêneras). (Kaas, 2015).

A análise crítica da cisgeneridade enquanto conceito é importante na medida em que nasce de um movimento de resistência à dominação cisnormativa com a função de desnaturalizar a cisgeneridade, propondo a compreensão desta enquanto possibilidade e não regra. Além disso, coloca em perspectiva e evidencia o sistema que (re)produz a opressão ao invés de debater atributos do grupo que sofre a opressão.

Humanos são seres integrados a contextos sociais marcados pela cultura e cada cultura apresenta regras e condutas prescritivas, com a finalidade de regular, disciplinar e controlar práticas sociais de acordo com padrões normatizados. Segundo Foucault (2012), o sexo é peça central nesta dinâmica, uma vez que

(...) servimo-nos dele [do sexo] como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância. (...) De um polo a outro dessa tecnologia do sexo escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (p. 159).

Assim, os discursos de conformação do sexo, enquanto produtos de mecanismos de produção da verdade, visam a regulação e o controle dos corpos e das subjetividades por meio da padronização dos modos de ser e agir das pessoas. De acordo com Preciado (2011), a sexopolítica

é uma das formas dominantes de ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (p.11).

À serviço de tal controle está a heteronormatividade ao normatizar, legitimar e privilegiar a heterossexualidade como constitucional e natural aos seres humanos, respondendo com repressão e marginalização aos comportamentos e desejos que não se submetem à norma heterossexual (Cohen, 1997).

É a divisão binária do sexo (fêmea/macho) alinhada a um respectivo gênero binário (feminino/masculino) que pressupõe uma complementaridade entre os sexos, originando a heterossexualidade compulsória, que normatiza uma ordem social e exige dos sujeitos um encadeamento obrigatoriamente heterossexual entre sexo-gênero-desejo (vagina-feminino-homem ou pênis-masculino-mulher).

Nesta prescrição social, fixa-se uma norma, restringe-se a pluralidade de manifestações da sexualidade e do desejo e classifica como “desvios” os encadeamentos que fogem a estes dois arranjos (Butler, 2017; 2004).

Na lógica heteronormativa, *homens* se relacionam instintiva e naturalmente com *mulheres* enquanto gêneros opostos que se atraem mutuamente. Entretanto, essa lógica pressupõe, antes, a cisgeneridade, uma vez que a classificação *homem/mulher* está socialmente condicionada à anatomia do corpo. Esta é a cisheteronormatividade, que caracteriza como padrão de referência da normalidade a cisgeneridade.

O termo cisheteronormatividade caracteriza, então, um conjunto de normas que pressupõe pessoas sempre cisgêneras e heterossexuais enquanto desfecho natural da constituição da subjetividade humana (Rosa, 2020). Como um sistema de crenças sociocultural, a cisheteronormatividade coloca o sujeito não-cisgênero e/ou não-heterossexual em uma posição de ininteligibilidade ao tomar por desviantes os processos identificatórios que rompem com o padrão. Este mecanismo denuncia que, culturalmente, a expectativa social sobre o encadeamento “normal” dos elementos sexo-gênero-desejo (ainda) é que corpos com vagina sejam identificados enquanto mulheres e se atraiam sexualmente por homens e estes últimos sejam identificados desta forma ao apresentar um corpo com pênis e o desejo sexual orientado para mulheres.

Uma sociedade cisheteronormativa é aquela na qual a cisgeneridade é a norma e os padrões de comportamentos heterossexuais são dominantes e todos aqueles contrários a esse padrão são estigmatizados e punidos. Simplificando, apesar dos avanços em relação ao debate de gênero e sexualidade, que visa ampliar as perspectivas sociais a respeito da pluralidade de identidades e orientações sexuais do ser humano, ainda vivemos em uma sociedade intensamente gendrificada e moldada em uma estrutura cisheteronormativa, na qual está vigente uma ordem de gênero que predetermina os percursos sociais alocados sobre as pessoas à serviço do controle dos corpos e subjetividades do ser humano.

A família em transição

O grupo social *família* tem suas características em constante transição, uma vez que a dinamicidade das transformações que perfuram as vivências familiares ao longo do tempo torna o termo *família* resistente a esforços delimitadores e universalizantes de conceituação. Definições de família interpretadas a partir de critérios homogêneos, universais e rígidos são amplamente contestadas em sociedades em evolução, expandindo os limites da concepção de família para novas alternativas de análise (Colling e Tedeschi, 2019).

Diante das mais diversas configurações familiares, o modelo nuclear tradicional passa a ser apenas uma, dentre tantas outras possibilidades de se organizar uma família, como famílias homoafetivas, monoparentais, recompostas. São diversas as possibilidades de configurações familiares, para além da organização que idealiza como estrutura a família nuclear formada por um casal heterossexual e sua prole.

Neste texto, partimos da compreensão de que qualquer que seja o arranjo, família trata-se de um conjunto de pessoas consideradas como uma unidade social, unidas ou não por laços consanguíneos, onde se estabelecem relações entre seus membros e com o ambiente externo, constituindo um sistema dinâmico e interacional de ampla complexidade (Bouso, 2006).

Ao considerar famílias como grupos sociais inseridos em uma estrutura composta por normas socioculturais, circunstâncias que fogem aos padrões normativos, como é o caso das diversidades sexuais e de gênero, podem ser vivenciadas com intensidade no sistema familiar, exigindo um processo de adaptação e reorganização de significados atribuídos aos símbolos sociais relacionados ao corpo, ao sexo e ao gênero na constituição da identidade de uma pessoa.



FOTO: Mylene2401

Estudos empíricos (Katz-Wise et al., 2017; Dierckx et al., 2016; Whalig, 2015) acerca dos desdobramentos familiares da transição de gênero apontam que os pais e cuidadores diretos de pessoas trans enfrentam desafios específicos a esta vivência, sendo possível experimentar uma vasta e diversa gama de emoções e reações. Dentre estas, destacam-se sentimentos de perda e luto diante da transformação do filho(a) em uma pessoa diferente do que haviam previsto.

Compreender a experiência e os significados que a família atribui à identidade de um membro familiar não-cisgênero apresenta um importante papel preventivo, uma vez que a rejeição familiar é fator de risco que aumenta significativamente a prevalência de sofrimento psicológico e tentativas de suicídio entre esta população (Katz-Wise et al., 2018; Katz-Wise et al., 2017; Olson et al., 2016; Bonifacio e Rosenthal, 2015). Além disso, uma melhor compreensão sobre a experiência familiar da pessoa não-cisgênero é fundamental para que se desenvolvam propostas de intervenção e orientação clínica, do ensino ao cuidado integral em saúde das pessoas trans.

OBJETIVO

- Trazer à reflexão a estrutura sociocultural cisheteronormativa e suas interlocuções com experiências de luto na vivência familiar da pessoa LGBT+ não-cisgênera.

MÉTODO

Este artigo é um recorte da tese de doutoramento em ciências intitulada *“Transitando entre o íntimo e o social na contramão da cisnormatividade: a experiência de resignificação de crenças em direção ao acolhimento das identidades trans pelo sistema familiar”*¹, estudo de natureza qualitativa que teve como objetivo geral compreender o processo de transição de gênero no contexto da família.

A pesquisa foi orientada pelo Interacionismo Simbólico e pela Teoria Fundamentada nos Dados como referenciais teórico e metodológico, respectivamente. Os dados foram coletados por meio de observação e entrevistas individuais com pessoas trans e familiares de pessoas trans, no período de junho de 2018 a janeiro de 2019. A amostra final do estudo foi composta por 20 participantes, sendo 11 pessoas trans e 9 familiares.

Os resultados destacam a transição de gênero enquanto processo sistêmico, possibilitando que o profissional reconheça nuances socioculturais que exercem influência nas vivências familiares da pessoa não-cisgênero e, conseqüentemente, na saúde destas pessoas e seus familiares. Conhecer os aspectos familiares da transexualidade permite integrar, estrategicamente, a qualidade interacional deste grupo social ao espectro dos cuidados de saúde integral, reconhecendo o caráter protetivo do acolhimento familiar para a saúde da pessoa trans.

DISCUSSÃO

A naturalização da cisheteronorma produz e assevera a manutenção de uma violenta e insana estrutura sociocultural na qual regras são impostas aos corpos e às subjetividades antes mesmo do nascimento. Desde a gestação, o feto é mergulhado em expectativas relacionadas ao gênero, socialmente definido a partir de características corporais seguindo uma lógica binária² e cisnormativa. Tais expectativas são embasadas por regras socioculturais, regras estas que compulsoriamente visam pessoas cisgêneras e heterossexuais. Aqueles que subvertem a norma são violentamente punidos, desde a ininteligibilidade, opressão e deslegitimação de suas identidades, corpos e subjetividades ao assassinato social e físico.

Estudos recentes (Riggs, 2019; Sá, 2019; Bull e D'Arrigo-Patrick, 2018; Catalpa e McGuire, 2018; Katz-Wise et al., 2018) sugerem que a transição de gênero é um processo que envolve o sistema familiar como um todo e vivências de perda e luto são reais para alguns familiares e, às vezes, se apresenta como central na experiência. Porém, um aprofundamento teórico é necessário, para além do discurso do luto como “estágios” ou “fases” lineares a serem experienciadas, pois são diversas as possibilidades de vivência destas famílias, podendo ou não manifestar luto e experiências de perda.

A tendência binária e cisnormativa de enxergar o ser humano também está presente na literatura científica do campo das perdas e do luto, uma vez que as teorizações e pesquisas empíricas que visam compreender as interlocuções entre perdas, luto e gênero estão majoritariamente embasadas nos dois gêneros binários (feminino/masculino) vivenciados por pessoas cisgênero. Não é de hoje que estudiosos do luto buscam compreender se homens e mulheres (cis) apresentam comportamentos e vivências diferentes diante da perda.

Luto é um assunto que carece ser desmistificado. Quando ouvimos a palavra luto é comum pensar, quase que imediatamente, na palavra morte. Historicamente, somos condicionados a evitar esse tipo de conversa. Na maioria das famílias brasileiras, falar sobre morte e luto não é lá o tema ideal para um almoço de domingo. Entretanto, sabemos que nem sempre o luto está relacionado à morte de uma pessoa querida.

O luto não é um estado, mas um processo marcado por um conjunto de reações a uma perda significativa (Bromberg, 2000) e não se manifesta apenas diante da morte. Perdas simbólicas, como aposentadoria, perdas de papéis sociais, rompimento de vínculos e ausência de um objeto perdido claramente definido são apenas alguns dos exemplos de lutos não relacionados concretamente à morte.

As perdas simbólicas, ambíguas e não relacionadas à morte, estão mais frequentemente relacionadas às experiências de luto não reconhecido, tanto pela pessoa enlutada quanto pela sociedade (Casellato, 2015). Luto não reconhecido é um conceito desenvolvido por Kenneth J. Doka (2002) e vem sendo utilizado para se referir ao processo de enlutamento diante de perdas que não são consideradas socialmente como verdadeiras, reais ou não podem ser admitidas e vivenciadas abertamente.

Muitas vezes, o luto não reconhecido como resposta às perdas simbólicas é carregado de sentimentos de vergonha, culpa e autocensura como reflexo de normas sociais e, diante do fracasso do ambiente social em respeitar e acolher o enlutado, somam-se sentimentos de alienação e solidão (Casellato, 2015).

O luto está relacionado a um investimento afetivo sobre algo ou alguém, como por exemplo, expectativas e projetos sociais para um filho/filha/filhe. Soares e Mautoni (2013), nos lembram que a palavra luto (em inglês, bereavement), tem em sua raiz o significado “ser despojado de” (bereft-). Seguindo esta linha de raciocínio, despojar-se de uma ideia, uma imagem construída a respeito de uma pessoa “de determinado gênero” pode desencadear um processo de luto, afinal, na prática das interações sociais, o gênero é um dos organizadores centrais da identidade das pessoas.

Ainda que os conceitos de feminilidade e masculinidade sejam projetos em aberto, a identidade de gênero, compreensão subjetiva e autoidentificada sobre ser homem, mulher ou não-binária³, orienta parte significativa das ações das pessoas no mundo e suas interações sociais (Souza e Junior, 2015).

Para Kenneth J. Doka, o gênero é um fator que exerce influência no luto, porém, não é o único: deve-se considerar aspectos individuais e culturais, como o desenvolvimento do papel de gênero ao longo do tempo e a influência do machismo na expressão da dor e do luto “masculino”. No livro *Grieving Beyond Gender: understanding the ways men and women mourn*⁴, uma revisão de *Men Don't Cry, Women Do: transcending gender stereotypes of grief*⁵ (Martin e Doka, 2000), Doka e Martin (2010) elaboram um modelo conceitual de estilos de luto instrumental e luto intuitivo.

O luto instrumental, predominante entre o gênero masculino, postula que o homem enlutado expressa a dor da perda de forma majoritariamente cognitiva e comportamental, buscando a elaboração do luto por meio da execução de tarefas, por exemplo. Já o luto intuitivo, predominante entre o gênero feminino, refere-se a um estilo de expressão do luto por meios afetivos. Haveria ainda um terceiro padrão, representado pela união destes dois estilos.

Entretanto, os autores percebem que há muitas mulheres que expressam o luto de forma instrumental e homens de forma intuitiva, concluindo que a vivência da perda e do luto é tão individual quanto a impressão digital, e o gênero, apenas um dos aspectos multifatoriais que influenciam a experiência de enlutamento. Ainda assim, a análise pode ser considerada simplista, do ponto de vista dos estudos e perspectivas mais contemporâneas a respeito do gênero.

Nota-se, sobre esta questão, uma importante influência do modelo hegemônico de identidade e comportamento historicamente descrito como masculino. A masculinidade tóxica demarca as características e papéis sociais atribuídos ao homem, aprisionando-os à prescrição de uma subjetividade que supervaloriza a força física, indisponibilidade afetiva e emocional, competitividade, virilidade, e tantos outros atributos que levam sofrimento e violência para a sociedade como um todo, inclusive para os próprios homens – se é que existe uma definição completa o suficiente para responder à pergunta “o que é ser um homem?”.

É preciso discutir o quanto o imaginário das pessoas em relação ao luto e gênero está balizado pelas réguas de um modelo tóxico de masculinidade cisheteronormativo.

Como pesquisadoras no campo das perdas e do luto, identificamos com urgência o questionamento dos discursos de gênero nesta área, tanto no que diz respeito ao embasamento dos discursos científicos em uma lógica cisheteronormativa, quanto ao fato de que estes saberes vêm sendo produzidos, historicamente, por pessoas cisgênero. Com a intenção de ampliar a discussão para além do discurso cisnormativo realizamos, no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perdas e Luto (NIPPEL/EEUSP), uma pesquisa qualitativa que deu origem à tese de doutoramento da qual este texto é recorte (Sá, 2019).

O estudo, que teve como objetivo principal compreender o processo de transição de gênero no contexto da família, evidencia que, no processo de transição de gênero, não apenas a pessoa trans, mas também seus familiares, vivenciam transições que podem desencadear sentimentos de perdas e luto. Entretanto, tais experiências de perda nem sempre estão relacionadas ao imaginário do senso comum que limita o luto à morte, menos ainda à identidade de gênero da pessoa trans. Quando sentimentos de perda e luto estão presentes na experiência, estes se apresentam fortemente relacionados e regidos pela cisheteronormatividade, que promove uma vivência mais intensa das perdas e processos desafiadores em comparação aos ganhos e descobertas de significados positivos da transição de gênero.

Nota-se que a literatura sobre perdas e luto relacionadas à população trans está em desenvolvimento e transição. A fase pioneira deste campo de estudo é marcada pela contribuição de Emerson e Rosenfeld (1996), que propõem um modelo teórico para a experiência familiar da transição de gênero similar aos estágios do luto de Kübler-Ross (1973), composto pelos estágios de negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Em 2002, Ellis e Eriksen incluem neste modelo a resiliência e o orgulho.

Com foco na decisão familiar de aceitação ou rejeição da pessoa trans, Lev (2004), apresenta um modelo mais flexível a respeito das diferentes experiências e com tom menos patologizante, com a fluidez dos estágios nomeados descobrimento, tumulto, negociação e equilíbrio. Um novo modelo é proposto por Coolhart (2012), ao enfatizar a importância de validação dos processos emocionais de pais de pessoas trans ao mesmo tempo que se deve oferecer suporte de afirmação de gênero para a pessoa trans.

O trabalho de Norwood (2013a; 2013b), evidencia que alguns familiares de pessoas trans significam processos da transição de gênero como perdas, podendo ou não manifestar luto e identifica, ainda, que estas vivências se referem a um tipo específico de perda, conhecidas como perdas ambíguas.

As experiências de perda e luto que derivam de um objeto perdido incerto, ambíguo ou confuso, conferem um processo doloroso de um jeito específico e são estudadas pela perspectiva da teoria da perda ambígua, proposta por Pauline Boss (Boss, 1999;1991; Boss e Yeats, 2014), que sugere dois tipos de perda ambígua: um “partir sem adeus”, que se refere à ausência física de alguém que permanece presente psicologicamente e um “adeus sem partir”, que se refere à ausência psicológica de alguém que permanece presente fisicamente.

Ao pensar os pais de pessoas trans que vivenciam uma experiência de perda ambígua diante da transgeneridade, Jeni Whalig (2015) apresenta um novo dado, sugerindo a vivência de uma perda ambígua dual, isto é, a experiência é mais específica e complexa, combinando os dois tipos de perda ambígua: o primeiro tipo se manifesta com a percepção de uma ausência psicológica e presença física, quando o familiar tem a sensação de que a pessoa que conhecia desapareceu com a transição, apesar de continuar presente fisicamente.

Além disso, entra em jogo o segundo tipo de perda ambígua, que se manifesta com a percepção de ausência física e presença psicológica, isto é, quando o familiar não reconhece fisicamente a pessoa após a transição, enquanto a maior parte da personalidade e senso psicológico continuam presentes. Devido à sua natureza pouco clara, a ambiguidade e incerteza dificultam a elaboração de processos emocionais e interacionais.

É possível que experiências de perda e luto relacionadas à transição de gênero incluam a percepção de um paradoxo presença/ausência da pessoa que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascimento (Sá, 2019; Whalig, 2015). A vivência de um paradoxo presença/ausência, por parte de familiares, representa um período de ambiguidade na percepção da identidade de gênero da pessoa trans.

Período marcado pela confusão e sensação de que a pessoa antes conhecida está presente, ao mesmo tempo que não está, o que implica em adaptações na imagem anteriormente construída em relação ao gênero. Por serem a transição social e médica de gênero processos visíveis, é possível que sentimentos de perda sejam vivenciados por familiares de pessoas trans, especialmente quando é exigido algum tipo de explicação do familiar a terceiros, situação muitas vezes carregada de sentimentos como vergonha e culpa.

As perdas também podem estar presentes no que diz respeito à perda da sensação de segurança diante da transfobia, ameaça à saúde derivada de intervenções médicas, como a hormonização e cirurgias e à readaptação de expectativas, planos e sonhos para aquela pessoa, como “ver a filha se casar de branco” e essa filha se identificar com o gênero masculino. Aqui, ficam claras as influências de padrões normativos baseados na percepção de gênero nas perdas vivenciadas. Metaforicamente, o movimento de atualizar a imagem de uma filha por um filho, por exemplo, indica a necessidade de “dizer adeus” a uma pessoa para acolher alguém que se apresenta de forma diferente da reconhecida desde o nascimento (Sá, 2019).⁶

“É um luto né, só que a pessoa tá viva. Pra você ter uma ideia, no grupo que eu faço o voluntariado, uma mãe não sabia mais o que fazer, ela realmente não estava lidando bem com a transição do filho pra filha. Sugeriram fazer uma cerimônia, com um caixão, pra ver se ela fechava esse ciclo. Eu achei um absurdo, mas... se vai ajudar a pessoa, quem sou eu pra julgar. Os pais nunca estão preparados pra algo como a transexualidade de um filho.” (Mário, homem trans).

”Eu vejo a minha filha e assim, ela não é uma menina mais. É um sofrimento. É sim um sofrimento, a mãe sofre pelo sofrimento da pessoa e pelo dela própria de ver tudo aquilo acontecendo.” (Teresa, mãe de um homem trans).

É indispensável, entretanto, pontuar que os estudiosos que se ocupam da interlocução entre gênero e os discursos de perda e luto devem ampliar seus esforços para além da visão cisheteronormativa e binária dos gêneros, relacionando criticamente os valores culturais gendrificadas e normativos que reforçam a cisnormatividade ao direcionar o luto como resultado das transgeneridades e não do contexto sociocultural da cisnormatividade.

Assim, sugere-se que, quando presentes, as vivências de perda ambígua dual diante da transição de gênero não se relacionam diretamente à pessoa trans e sua identidade de gênero, mas sim ao processo de ressignificação de crenças cisheteronormativas, aos símbolos, significados, expectativas e relações formadas nas interações sociais com a pessoa antes da transição (Sá, 2019; Riggs, 2019; Bull e D’Arrigo-Patrick, 2018).

Quando pensamos as perdas sob a perspectiva de homens trans, vemos que as manifestações de luto estão presentes com mais frequência nas experiências daqueles que apresentam uma referência mais rígida e binária dos gêneros. A discussão se amplia para o âmbito das masculinidades e cisheteronormatividade, uma vez que parte do luto está relacionado ao que se espera do gênero masculino, sob uma perspectiva cisnormativa.

“Porque tudo bem, eu tenho passabilidade. As pessoas na rua nem imaginam que eu sou um homem trans. Mas dentro de mim, eu sei que eu nunca vou ser como eu queria ser, porque eu não nasci homem cis. Entende o que eu tô falando? É um trabalho de entender que o gênero não define nada do que você é, mas você tem um luto de aceitar que você não vai ser um homem cis e nunca vai ser e fazer coisas que são banais pra um homem cis, tipo xixi em pé, penetração sexual, essas coisas, entende? Coisas que um homem cis teria e eu provavelmente nunca vou ter. Então, eu tenho que trabalhar comigo, na minha cabeça, de falar pra mim mesmo que provavelmente eu nunca vou ter isso ou aquilo. Esse é o meu luto.” (Mário, homem trans).

De uma maneira geral, passabilidade é ter uma aparência que “passe despercebida” como pessoa trans, isto é, que não seja possível identificar se a pessoa é trans ou cis. Entretanto, a questão da passabilidade é mais complexa que puramente ter uma aparência que converse com os estereótipos sociais de gênero. No país que mais mata pessoas trans no mundo, ter “passabilidade cis” (passar fisicamente por uma pessoa cisgênero) é, muitas vezes, segurança contra transfobia. Apesar de não ser uma regra, é sabido que muitas pessoas trans vivenciam a perda do convívio familiar, o que também pode ser encarado como um luto não reconhecido.

“Eu me sentia abandonado. Eu pastava na rua e não tinha acolhimento dentro de casa. Eu vivia muito sozinho. Não tinha ninguém pra conversar. A única pessoa que eu tinha pra conversar, era meu pai. Quando meu pai morreu, nossa, eu me senti... eu não tinha mais ninguém. Tanto é que eu fui buscar acolhimento fora, com amigos. E ainda assim, não tenho muitos.” (Marcos, homem trans).

“(...) então assim, com relação a família eu me sinto completamente só nesse processo. Tem essa parada muito forte de dificuldade com a família... eu diria que foi a pior parte da minha transição, a mais complicada, com certeza. Pior parte de todas. Nos meus amigos foi onde eu encontrei a acolhida, na minha relação amorosa, mas a família foi realmente o pior impacto assim. Eu tenho meus amigos e é isso que me sustenta, minha rede de apoio, meus amigos, como uma família pra mim.” (André, homem trans).

Da mesma forma, a perda de direitos como acesso à saúde, educação e trabalho podem não ser reconhecidas pela sociedade, culminando na vulnerabilização e marginalização das pessoas trans como resultado de processos sociais violentos e transfóbicos.

A consequência é a tentativa de aniquilação social destas pessoas, que pode desencadear a perda pelo sentido de viver em um mundo cisnormativo que produz isolamento e solidão.

“Me afastar da família só piorou as coisas, eu sempre achei superimportante ter o “seu povo” unido, seu “clã”, sabe? Eu me empenhei bastante tentando aproximar a parentalha. Falhei miseravelmente. Mas pelo menos meus pais, minha vó e minhas irmãs eu gostaria de ter ao meu lado. Não é muito pedir que 5 pessoas te conheçam, é? A crise culminou no meu terceiro plano suicida não realizado, depois se amenizou com ajuda de uma psicóloga.” (Carlos, homem trans)

“Quando eu comecei a transição eu tinha 24, foi no finalzinho da minha faculdade. Foi uma angústia gigante, eu passei por ideação suicida só pelo fato de pensar em contar pros meus pais. Porque eu sabia que isso ia envolver uma mudança social muito grande, ia envolver uma mudança familiar muito grande. Eles não me expulsaram de casa, não chegaram a isso, mas eles chegaram a me rechaçar bastante assim, eu sofro ainda bastante discriminação em casa.” (André, homem trans)

Além das experiências individuais e familiares de perda, as pessoas trans estão diariamente expostas à violência transfóbica e propensas a vivenciar lutos coletivos diante de altas taxas de assassinatos brutais de travestis, homens e mulheres trans. Esta perspectiva ainda é uma lacuna na literatura, assim como as perdas e os lutos vivenciados por pessoas trans idosas.

Esta seara é bastante específica, primeiro porque a expectativa de vida de pessoas trans é menos da metade se comparada às pessoas cis: 35 anos (Benevides e Nogueira, 2020), especialmente para as travestis e mulheres trans, que em grande parte não envelhecem, porque são assassinadas antes de atingir a terceira idade. As que conseguem envelhecer, muitas vezes sofrem preconceitos múltiplos, somados aos preconceitos do envelhecimento.

As análises de Riggs (2019), Sá (2019), Bull e D'Arrigo-Patrick (2018), Coolhart, Ritenour e Grodzinski (2018) e Riggs e Bartholomaeus (2018) concordam que uma ciência revigorada e contemporânea não pode estar à serviço da manutenção da cisheteronormatividade.

É indispensável que a compreensão das vivências de perda e luto na população trans considere o enquadramento sociocultural da cisheteronormatividade como agente de sofrimento, sem que as diversidades de gênero sejam patologizadas.

É urgente reconstruir as bases que orientam as intervenções para além das concepções cisheteronormativas e alargar o reconhecimento de fatores socioculturais como geradores de sofrimento na experiência da transexualidade vivenciada pelo sistema familiar. Coolhart (2012) enfatiza a necessidade dos profissionais de saúde em validar os processos emocionais dos familiares da pessoa trans ao mesmo tempo que oferece suporte para o processo de afirmação de gênero.

De acordo com Sá (2019), a busca por suporte profissional de saúde tem um alto potencial para promover ansiedade e angústia para pessoas trans devido ao falho preparo teórico e técnico para as especificidades da diversidade de gênero e cuidados discriminatórios prestados por profissionais. Em conclusão, o estudo aponta que os profissionais de saúde devem ser treinados para além do âmbito técnico, desenvolvendo entendimentos críticos sobre a cisgeneridade.

Assim, debates acadêmicos e práticas clínicas relacionadas às diversidades de gênero devem se fundar em um olhar crítico sobre o papel da cisheteronormatividade nas experiências familiares de pessoas não-cisgênero. Este exercício amplia a compreensão, ao passo que questiona a origem dos sofrimentos de pessoas trans e familiares, frequentemente depositada nas transições em si, sob a perspectiva das normas socioculturais que contextualizam suas existências e, conseqüentemente, suas experiências. Porém, é notável que o problema não está naqueles que subvertem a cisheteronormatividade, mas na cisheteronormatividade em si.



FOTO: Richard McCall

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo aqui proposto pretendeu lançar luz a uma possível perspectiva teórico-clínica das diversidades identitárias de gênero e suas interlocuções com as perdas e o luto e enfatizar a importância em transcender as construções cisheteronormativas, especialmente no que diz respeito ao cuidado em saúde e contribuir para o desenvolvimento de conhecimento estratégico baseado em evidências, a favor de fornecer subsídios fundamentados em dados empíricos, à serviço de melhorias na qualidade dos serviços de saúde oferecidos para a população trans e seus familiares.

Quando uma pessoa é estigmatizada com base em uma hipotética e fantasiosa relação entre identidade de gênero e características do corpo, este deixa de ser um meio para ser um fim em si mesmo, como um processo social de genitalização das pessoas. Ao reduzir a legibilidade atribuída a alguém com base em seus órgãos genitais, abandona-se a pluralidade da diversidade humana fazendo uso de um argumento essencialista e violentamente punitivo. É urgente que essa dinâmica se movimente em direção à resignificação, a partir do questionamento crítico sobre a cisheteronormatividade compulsória do ensino à prática dos profissionais de saúde.

É importante reforçar que propomos esta reflexão a partir de um olhar limitado, enquanto mulheres que lidam socialmente como cis, brancas, profissionais da saúde e acadêmicas. Não nos reservamos o direito de falar por ninguém, mas de unir nossa voz, a partir do nosso espaço de observação do mundo, em uma luta que é de responsabilidade coletiva: a desconstrução da cisheteronormatividade e da cisgeneridade enquanto destino natural de corpos e a ampliação das construções científicas que relacionam gênero às perdas e ao luto.

É preciso observar a necessidade de priorizar as vozes dos atores da experiência, fazendo-se valer as vantagens da pesquisa empírica com pessoas trans e familiares, ao invés de produzir saberes embasados majoritariamente na experiência clínica de profissionais de saúde, em sua maioria, cisgêneros.

De acordo com Djamila Ribeiro (2017), lugar de fala é o lugar de onde observamos e experienciamos o mundo. Assim, demarcar o lugar de onde falamos não diz respeito à hierarquização de opressões, mas ao reconhecimento das diferenças estruturais que entrelaçam nossas experiências sociais, fruto de normas de ajustamento. Isso quer dizer que nossas vivências são inevitavelmente atravessadas por marcadores como gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual e posições de privilégio. Uma mulher cisgênero (cis), branca, heterossexual e acadêmica experimenta vivências sociais diferentes de uma mulher cis, negra, homossexual e periférica.

Constatar que, em pleno século XXI, pessoas ainda precisam lutar para existir como são, reivindicar o acesso a direitos básicos e resistir a violências e discriminações que se fundamentam no desconhecimento e preconceito, é, no mínimo, um sinal de que algo não vai bem na dinâmica que criamos para viver enquanto sociedade. Pensar diversidades de gênero é se deparar com a beleza da capacidade humana da autoexpressão, da agência e da resiliência. É também se deparar com a complexidade e pluralidade da constituição da subjetividade das pessoas. Paradoxalmente, apesar de complexo, o tema é muito simples. Basta reconhecer que as possibilidades de identidades de gênero são diversas e igualmente legítimas possibilidades de ser.

Sobre possíveis interlocuções das perdas e do luto e as diversidades de gênero, há de se pontuar a poderosa capacidade de resistência de pessoas que vivenciam diariamente violências por parte de uma dinâmica social que as reconhece como vidas que merecem ser enlutadas e brutalmente as enlutam.

NOTAS

1 - Tese apresentada ao Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2019. Linha de Pesquisa: Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Cuidar.

2 - A concepção binária de gênero diz respeito à rígida divisão dos indivíduos em posições contrárias e essencialistas de macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino. Essa concepção se relaciona ao conceito de heteronormatividade, que nega e oprime toda a multidiversidade de formas de vivenciar/expressar as diferentes identidades de gênero e sexualidades.

3 - Pessoa que não se identifica com nenhum dos gêneros binários.

4 - Luto além do gênero: compreendendo a maneira como homens e mulheres vivenciam o luto. Tradução livre.

5 - Homens não choram, mulheres sim: transcendendo os estereótipos de gênero do luto. Tradução livre.

6 - Cuidando pelo sigilo e anonimato dos participantes, todos os nomes atribuídos às pessoas são fictícios. Por reconhecer a importância simbólica do nome para as vivências trans, foi solicitado que os próprios participantes escolhessem seus nomes fictícios.

REFERÊNCIAS

- Benevides, B.G., Nogueira, S.N.B. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019* / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Bonifacio, H.K., Rosenthal, S.M. (2015). *Gender Variance and Dysphoria in Children and Adolescents*. *Pediatric Clinics of North America* 62(4):1001–1016.
- Boss, P. (1999). *Ambiguous loss: learning to live with unresolved grief*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Boss, P. (1991). *Ambiguous loss*. In: Walsh F, McGoldrick M, editors. *Living beyond loss: death in the family*. New York, NY: Norton.
- Boss, P., Yeats, J.R. (2014). *Ambiguous loss: a complicated type of grief when loved ones disappear*. *Bereavement Care* 33(2): 63-69.
- Bouso, R.S. (2006). *Um tempo para chorar: família dando sentido à morte prematura do filho* [Tese de Livre-docência, Universidade de São Paulo].
- Bromberg, M.H.P.F. (2000). *A psicoterapia em situações de perda e luto*. Campinas: Livro Pleno.
- Bull, B., D'Arrigo-Patrick, J. (2018). *Parent experiences of a child's social transition: moving beyond the loss narrative*. *Journal of Feminist Family Therapy* 30(3):170-190.
- Butler, J. (2017). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 13ª ed. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender* (1ª ed). London: Routledge.
- Casellato, G. (2015). *Luto não reconhecido: o fracasso da empatia nos tempos modernos*. In: G. Casellato (Org.), *O resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido*. São Paulo: Summus.
- Catalpa, J.M., McGuire, J.K. (2018). *Family boundary ambiguity among transgender youth*. *Family Relations* 67(1):88-103.
- Cohen, C.J. (1997). *Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics?* In: *GLQ - A Journal of lesbian & gay studies* v.3, Canada: Overseas Publishers Association.
- Colling, A.M., Tedeschi, L.A (Orgs.). (2019). *Dicionário crítico de gênero*. 2ª ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados.
- Coolhart, D. (2012). *Supporting transgender youth and their families in therapy: facing challenges and harnessing strengths*. In: J. Bigner J, J. Wetchler's, editors. *Handbook of LGBT-affirmative couple and family therapy*. New York: Routledge Press.
- Coolhart, D., Ritenour, K., Grodzinski, A. (2018). *Experiences of ambiguous loss for parents of transgender male youth: a phenomenological exploration*. *Contemporary Family Therapy* 40(1):28-41.

- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. The University of Chicago Legal Forum.
- Dierckx, M., Motmans, J., Mortelmans, D., & T'sjoen, G. (2016). *Families in transition: a literature review*. International Review of Psychiatry (28)1: 36-43.
- Doka, K.J. (2002). *Disenfranchised grief: new directions, challenges, and strategies for practice*. Research Press.
- Doka, K.J., Martin, T.L. (2010). *Series in death, dying, and bereavement. Grieving beyond gender: Understanding the ways men and women mourn (Rev. ed.)*. Routledge/Taylor & Francis Group.
- Ellis, K.M., Eriksen, K. (2002). *Transsexual and transgenderist experiences and treatment options*. The Family Journal (10)3: 289– 299.
- Emerson, S., Rosenfeld, C. (1996). *Stages of adjustment in family members of transgender individuals*. Journal of Family Psychotherapy 7(3):1–12.
- Foucault, M. (2012). *História da sexualidade I: a vontade de saber*, trad. de Maria Thereza da Costa e J.A. Guilhon Albuquerque (22ªed). Rio de Janeiro: Graal.
- Jesus, J.G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos (2ªed)*. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional.
- Jesus, J.G., Alves, H. (2012). *Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais*. Natal: Revista Cronos v.11:8-19.
- Kaas, H. (2015). *O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução. 2ª Versão*.
- Katz-Wise, S.L. et al. (2017). *Transactional Pathways of Transgender Identity Development in Transgender and Gender Nonconforming Youth and Caregivers from the Trans Youth Family Study*. The International Journal of Transgenderism 18(3): 243-263.
- Katz-Wise, S.L., Ehrensaft, D., Vettes, R., Forcier, M., & Austin, B. (2018). *Family Functioning and Mental Health of Transgender and Gender-Nonconforming Youth in the Trans Teen and Family Narratives Project*. The Journal of Sex Research 55(4-5): 582-590.
- Kübler-Ross, E. (1973). *On death and dying*. New York, NY: Routledge.
- Lev, A.I. (2004). *Transgender emergence: therapeutic guidelines for working with gender variant people and their families*. Binghamton: The Haworth Press, Inc.
- Martin, T.L., Doka, K.J. (2000). *Series in death, dying, and bereavement. Men don't cry...women do: Transcending gender stereotypes of grief*. Brunner/Mazel.
- Norwood, K. (2013a). *Grieving gender: trans-identities, transition, and ambiguous loss*. Communication Monographs 80(1):24-45.
- Norwood K. (2013b). *Meaning matters: framing trans identity in the context of family relationships*. Journal of GLBT Family Studies 9(2):152-178.
- Olson, K.R., Durwood, L., DeMeules, M., McLaughlin, K.A. (2016). *Mental health of transgender children who are supported in their identities*. Pediatrics 137(3):1-8.
- Oxford. (1968). *Latin Dictionary*. London: Clarendon Press.
- Preciado, P.B. (2011). *Multidões queer: Notas para uma política dos 'anormais'*. Estudos Feministas 19(1), Florianópolis.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala? / Coleção: Feminismos Plurais*. Belo Horizonte: Letramento.
- Riggs, D.W. (2019). *Working with transgender young people and their families: a critical developmental approach*. (Series - Critical and Applied Approaches in Sexuality, Gender and Identity). Derbyshire: Palgrave Macmillan.
- Riggs, D.W., Bartholomaeus, C. (2018). *Cisgenderism and certitude: parents of transgender children negotiating educational contexts*. Transgender Studies Quarterly 5(1):67-82.
- Rosa, E.B.P.R. (2020). *Cisheteronormatividade como instituição total*. Cadernos PET Filosofia UFPR 18(2).
- Sá, N.N. (2019). *Transitando entre o íntimo e o social na contramão da cisnormatividade: a experiência de resignificação de crenças em direção ao acolhimento das identidades trans pelo sistema familiar* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Simakawa, V.V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].
- Soares, E.G.B., Mautoni, M.A.A.G. (2013). *Conversando sobre o luto*. São Paulo: Ágora.
- Souza, R.M., Junior, P.A.M. (2015). *Aposentadorias masculinas e perdas ambíguas*. In: G. Casellato (Org.), *O resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido*. São Paulo: Summus.
- Wahlig, J.L. (2015). *Losing the child they thought they had: therapeutic suggestions for an ambiguous loss perspective with parents of a transgender child*. Journal of GLBT Family Studies 11(4):305-326.

COMO CITAR ESTE TEXTO

Sá, N. N. & Szylit, R. (2021). Cisheteronormatividade e luto na experiência familiar da pessoa não-cisgênero. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 07, n. 01, 45-72.

RECEBIDO EM: 30/04/2021
APROVADO EM: 05/05/2021